

## ATA 26/02 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se a Plenária Extraordinária do CMS, às dezenove horas, no auditório da SMS para deliberar sobre a seguinte pauta: **1) Leitura e aprovação da Ata nº 25/02; 2) Informes; 3) Proposta do Plano de Aplicação dos Recursos da Municipalização Solidária; 4) Plano de Aplicação da Fração Saúde do Trabalhador – Projeto Municipalização Solidária; 5) Plano de Aplicação do Relatório de Atividades dos Recursos da Saúde Solidária referente aos Hospitais: Santa Casa, Vila Nova, Parque Belém e Instituto de Cardiologia e 6) Proposta de Novos Critérios da Saúde para O.P. Municipal para 2004.** A Plenária foi coordenada pelo Conselheiro Nei Carvalho, que iniciou os trabalhos com a apresentação dos presentes. **Listas de Presenças em anexo.** A seguir justificou a ausência dos Conselheiros: Dr. Humberto Scorza e Iolanda Leal e foi apresentada a nova Conselheira do Conselho Local de Saúde Eixo Baltazar Ângela Regina G. Nunes. **1) Leitura e Aprovação da Ata Nº 25/02:** a Conselheira Neuza Selma Heizelmann fez a leitura da Ata Nº 25/002, que ficou com as seguintes correções: "discutir"; alínea 36: "trimestre e alínea 57: "devida carga horária". Colocada em votação foi aprovada com 11 votos a favor e 03 abstenções. **2) Informes:** Inscreve-se para informe o Conselheiro **Nei Carvalho** que informou ter o CMS recebido uma planilha do OP Municipal aprovada em 18.11.2002, da Temática de Saúde e Assistência Social, com recursos num total de R\$ 500.000,00 reais, assim distribuídos: R\$ 200.000,00 para a Temática, sendo R\$ 30.000,00 para a ampliação do Cais Mental; R\$ 170.000,00 para o Transporte Social e R\$ 100.000,00 para cada uma das regiões que priorizaram saúde, que são: Leste, Restinga e Extremo Sul, informa ainda que conforme encaminhamento da Plenária anterior foi enviado correspondência ao CREMERS e o SIMERS para a reunião do dia 09.01.2003. **Sr. Nelson Dalmás**, conselheiro da Câmara Técnica do HPB, informa que o Pronto Atendimento do HPB será inaugurado na primeira quinzena de março de 2003, com Clínica Médica e Pediatria 24 horas, inclusive sábados e domingos, contemplando mais de 300 mil pessoas daquela região, com recursos do OP Estadual e que a Câmara Técnica estará atenta para controlar esta aplicação. O **Dr. Amir**, diretor do HPB explica que a obra está em andamento, mas que ainda falta completar o quadro de pessoal, e confirma o início do atendimento para março de 2003. **Sr. Heverson Cunha**, Conselheiro do OP Estadual, informa que foi criado um fórum para discutir as verbas da Municipalização Solidária que ainda não foram repassadas e que pretende entrar em contato com o Governador que está tomando posse, para tratar desse assunto. **Sra. Flavia** trouxe informe sobre a 1º Conferência Municipal de Políticas de Medicamentos, que ocorrerá em março de 2003 e ficou encaminhado que na Plenária de 09.01.03 será complementado os nomes dos representantes que comporão a comissão organizadora da Conferência. A Conselheira **Ione Nichele** avisa que a Prefeitura de POA está solicitando hospedagem para o 3º Fórum Social Mundial, em Janeiro de 2003. As inscrições para a Hospedagem Solidária podem ser feitas na SMS ou pelo site [www.portoalegre.rs.gov.br](http://www.portoalegre.rs.gov.br). **3º) Proposta do Plano de Aplicação dos Recursos da Municipalização Solidária** – O Coordenador coloca aos presentes que este trabalho é fruto de discussão que durou 8 meses para que pudéssemos trazer uma proposta bem discutida com a população usuária, prática sempre exercida por este Conselho. Distribui aos presentes um Cronograma com as demandas e passa a palavra ao Conselheiro do OP do Estado RS, **Sr. Heverson**, que passou a relatar a forma democrática como foi conduzido o processo, falou ainda, que a distribuição destes recursos é baseada na Lei 39.582/99, que especifica os critérios de distribuição destes recursos, explicou que de um valor total de R\$ 5.059.000,00, R\$ 2.100.000,00 foi destinada às demandas regionais e o restante dos recursos foi disponibilizado às demandas institucionais, conforme documento anexo. A conselheira **Ana Boll**, lembrou aos presentes que foi definido pela comunidade o elevador do

50 C.S. Navegantes, que é uma demanda fechada, portanto precisa ser especificada, senão se  
51 perde. Quanto aos R\$ 400.000,00 da região Sul/Centro Sul, R\$ 280.000,00 vão para o HPB  
52 e R\$ 120.000,00 ainda precisam ser discutidos pela comunidade dos CLS Sul/Centro Sul,  
53 lembrou ainda que por ocasião da aprovação do recursos na região Sul e Centro Sul é  
54 preciso descrever a destinação final do recurso e sugeriu que em março se traga o Plano de  
55 Aplicação para este valor, aprovada pelos CLS's da Região. Sr. **Nelson Dalmás** ressalta a  
56 importância de aplicar estes recursos no HPB para que sejam prestados serviços de  
57 Reabilitação e Oncologia, e principalmente Reabilitação que não existe aqui, muitas vezes se  
58 tem que ir a Brasília para termos um atendimento adequado e através desse pessoal  
59 podemos ter aqui um serviço de qualidade. O **Dr. Amir**, Diretor do HPB, lembrou que o  
60 projeto deles visa a qualidade dos serviços prestados e também criar serviços que possam  
61 ser auto sustentáveis, sugerindo aí o projeto do Centro de Reabilitação. Neste momento o  
62 coordenador lembra os presentes que este projeto não está em pauta, até por que, deve ser  
63 negociado um plano de aplicação entre HPB e SMS, que futuramente virá para aprovação  
64 neste Conselho. A Sra. **Iolanda Dalmás** pergunta por que não se pode aplicar todo recurso  
65 no HPB, se a Secretaria aplicou recursos no Hospital Vila Nova recentemente. O Secretário  
66 da Saúde – **Dr. Joaquim Kliemann** explica que os valores aplicados no Hospital Vila Nova,  
67 que a Sra. Iolanda se refere, era um convenio feito com o Estado que repassava recursos  
68 com acréscimo de valores aos leitos destinados aos pacientes com AIDS do Hosp. V. Nova,  
69 com aprovação deste Conselho, houve mudanças na legislação que não permitia mais que o  
70 recurso vindo do Fundo Nacional para o Municipal de Saúde fosse usado para este tipo de  
71 complementação, continuou afirmando que é uma contrapartida a um serviço prestado que  
72 nenhum outro serviço aceitou e esse está fazendo de forma adequada. O Coordenador  
73 reafirma o teor da proposta, esclarecendo que ela deverá ser detalhada conforme sugestão  
74 da Sra. Ana Boll e retornar até o final de março de 2003 a este Conselho, já com valores  
75 especificados e locais das obras para aprovação final. Foi colocada esta proposta em  
76 votação, com as devidas modificações, conforme documento anexo, e foi aprovada com 15  
77 votos. **4) Plano de Aplicação da Fração Saúde do Trabalhador – Projeto**  
78 **Municipalização Solidária** - O **Dr. Armando de Negri** fez uso da palavra para  
79 esclarecimentos sobre a utilização dos recursos que serão usados para melhorias do Centro  
80 Regional de referência em Saúde do Trabalhador. É um recurso fruto de uma longa  
81 negociação que vai viabilizar um aumento no quadro funcional para atender a Região  
82 Metropolitana, na seqüência a Sra. Susana Jardim, coordenadora da SETEC, leu o parecer  
83 nº 32, anexado a esta Ata e a proposta foi aprovada com 15 votos. **5) Plano de Aplicação**  
84 **do Relatório de Atividades dos Recursos da Saúde Solidária referente aos Hospitais:**  
85 **Santa Casa, Vila Nova, Parque Belém e Instituto de Cardiologia** - O Sr. Secretário usou a  
86 palavra e explicou que os recursos da Saúde Solidária tem uma aplicação apresentada em  
87 projetos. O Hospital recebe recursos e depois tem que prestar conta ao CMS. O Dr. Jairo  
88 Tessari se manifesta dizendo que estão sendo aprovados os relatórios, mas que os recursos  
89 ainda não chegaram. Sem mais contestações, foram lidos os pareceres (cópias anexas)  
90 pela coordenadora da SETEC e todos foram aprovados por 15 votos. **6) Proposta de Novos**  
91 **Critérios para o OP Municipal 2004** – **Dr. Armando de Negri Filho** apresentou a proposta  
92 dos Novos Critérios em anexo, alegando que a proposta precisa entrar em pauta no  
93 Conselho do OP, entre 02 e 07 janeiro, período de revisão dos Critérios do OP. Foi aberto  
94 ao debate. O conselheiro **Nei Carvalho** coloca que as mudanças são para 2004 e que por  
95 enquanto a discussão deste projeto é institucional e que ainda não passou pelos CLS's, que  
96 poucos aspectos desta proposta foram vistos e analisados, então seria complicado aprovar  
97 aqui e que ao mesmo tempo sente-se constrangido em aprovar algo que não foi discutido  
98 nas bases. **Dr. Armando** retoma a discussão colocando que a proposta propicia um olhar a

99 cidade de outra maneira, Sr. **Heverson** argumenta sobre a dificuldade de aprovação da  
100 proposta no COP, também em função de questões sobre áreas de risco contidas na  
101 proposta. A Conselheira **Palmira Fontoura** fala das dificuldades de se aprovar uma proposta  
102 que não foi bem discutida. A Sra. **Jane Pilar** acredita que a população precisa dos serviços e  
103 que enquanto CMS precisamos fazer o debate com as regiões. Ciclo do OP se renova, mas  
104 temos que acompanhar o cronograma. A Conselheira **Ione Nichele** coloca que esta é uma  
105 proposta rica, mas precisa ser assimilada e entendida. Propôs que se trabalhe na  
106 comunidade e não se tente colocar de cima para baixo. Dr. **Joaquim Kliemann**, também é  
107 favorável que se trabalhe melhor a proposta, visto que, atualmente os critérios do OP são  
108 burocráticos, não tem justificativa técnica para melhoria geral, são demandas pontuais de  
109 grupos que se organizam e votam. O Conselheiro **Darcy Dias** manifesta-se também de  
110 forma contrária a aprovação da forma apresentada, mas entende que a proposta é de  
111 qualidade. Dr. Armando ficou satisfeito pelo fato dos Conselheiros gostarem da proposta e  
112 sugeriu encaminhamento, baseado no seguinte argumento – que seja então dividida a  
113 proposta em duas partes, a primeira parte compreendida entre a página 1 e a 4 e a segunda  
114 da página 4 a página 6 conforme polígrafo anexo. Entrando a segunda parte para votação,  
115 ficando a primeira que não teve nenhuma discussão para que possamos aprofundar no ano  
116 que vem. Foi colocados em votação a segunda parte da proposta e aprovada com oito votos  
117 favoráveis e cinco contrários. Nada mais havendo em pauta, a Plenária foi encerrada às 22h  
118 e 30 min. e dela, eu Lenita Dias Parisotto, lavrei esta ata.

119

120

121

Nei Carvalho  
Coordenador do CMS/POA

122

123

Lenita Dias Parisotto  
Secretaria Executiva

Ata aprovada na reunião do plenário de 09/01/2003.